

JT
4/18/97
07
17A

“JÁ COBRAMOS INÚMERAS VEZES RESULTADOS”

(De Roberto Smeraldi, do grupo Amigos da Terra)

Ambientalistas enviam críticas a FHC

ELES CONTESTAM A EXPLORAÇÃO DE MOGNO E A PRIVATIZAÇÃO DAS FLORESTAS

Patrícia Ferraz

Inconformados com o que definem como “falta de política florestal”, ambientalistas enviam hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, um documento com críticas sobre a atuação do governo na área.

O relatório, que será entregue também a todos os governadores dos Estados amazônicos e ao presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, contesta a afirmação do governo de que “a exploração de mogno no Brasil está sob controle” e faz críticas ao modo como está sendo feita a “privatização” das Florestas Nacionais, as Flonas.

Para os ambientalistas, há dois graves problemas por trás das concessões para a exploração das Flonas. O primeiro é a sobreposição de áreas: muitas das áreas dentro das florestas que poderão ser exploradas pela iniciativa privada são áreas onde vivem comunidades extrativistas, que já exploram alguns recursos naturais. A ocorrência de conflitos é dada como certa.

Outro problema apontado é a



Arquivo/AE

O ministro Gustavo Krause

diferença entre o período em que a floresta poderá ser explorada, 5 anos, e o período que será necessário até que a área em questão esteja recuperada, 25 anos em média. Para os ambientalistas, o direito de explorar por 5 anos irá perpetuar o atual modelo predatório de exploração e favorecer novos “desastres ambientais”.

Em relação ao mogno — madeira de lei de alto valor comercial —, os ambientalistas lembram que em 15 de janeiro de 1992 o Ibama listou a espécie entre as em perigo de extinção no Brasil. Mas, daí em diante, o governo não apenas tem alegado, nas reuniões internacionais, que a madeira não está ameaçada, como tem feito todo tipo de pressão para evitar que

a espécie seja incluída na lista internacional de espécies ameaçadas de extinção.

O documento cobra também o balanço sobre os planos de manejo de mogno na Amazônia. Há um ano, o governo anunciou que apenas 29,8% dos planos de corte de mogno na Amazônia eram legais; 19,6% planos foram cancelados e 50,6% planos foram suspensos para averiguação.

“Entre os planos suspensos na da foi definido. Já cobramos inúmeras vezes resultados, queremos saber quantos desses foram cancelados e quantos estão em vigor, mas o Ibama não apresenta os números. Isso comprova que faltam controles sérios da exploração da madeira”, afirma Roberto Smeraldi, do grupo Amigos da Terra.

Segundo o ambientalista, o objetivo do documento não é apenas registrar insatisfação, mas “fazer uma solicitação ao governo para que seja estabelecida uma política ambiental consistente, coerente, viável e transparente. O relatório é assinado pelas entidades Instituto Socioambiental (ISA), Amigos da Terra Programa Amazônia, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto para o Homem e o Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), Instituto Sociedade População e Natureza (ISPAN), Vitae Civilis, Greenpeace, SOS Mata Atlântica e Funatura.